

QUE PROFISSIONAL QUEREMOS FORMAR PARA O SÉCULO XXI – PÓS-GRADUAÇÃO

IDA STUMPF

A ausência da pós-graduação *stricto sensu* na Região Sul e a constatação de que isso já se fazia necessário para o próprio desenvolvimento regional, que possui peculiaridades específicas e diferenciadas de outras regiões do Brasil, além de uma certa uniformidade cultural, social e econômica dos três estados da região, aliadas à necessidade de formar mestres e pesquisadores para atuarem nessa própria realidade, fizeram com que os professores de biblioteconomia da região, reunidos na cidade de Rio Grande, em 16 de novembro de 1992, durante o Seminário de Informação para o Mercosul e a XIV Jornada Sul Rio-Grandense de Biblioteconomia, pensassem pela primeira vez no assunto. Numa análise preliminar, constatamos que nenhum dos três cursos dessa região tinha condições de, sozinho, realizar um curso em nível de pós-graduação *stricto sensu*, e a forma cooperativa foi proposta.

No II Encontro de Escolas de Biblioteconomia da Região Sul, realizado em Curitiba em abril de 1993, Vanda Paranhos formalizou brilhantemente a idéia, sugerindo um mestrado em ciência da informação, com duas áreas de concentração: gerenciamento de sistemas de informação e gerenciamento de

recursos de informação. Foi formada a primeira comissão interinstitucional para estudar a criação do curso, e foram distribuídas tarefas, como levantamento de dados sobre professores com mestrado e doutorado, sua formação e linhas de pesquisa, e outros dados necessários para que pudessemos compor um projeto. A comissão foi formada por Leila Bufrem, da Universidade Federal do Paraná, Licéia Fortes, da Universidade de Londrina, Míriam Vieira da Cunha, da Universidade Federal de Santa Catarina, I. Henrique da UDESP, Virgínia Triste, da FURG, e eu.

No III Encontro de Escolas de Biblioteconomia da Região Sul, realizado em Florianópolis em novembro de 1993, ocorreu nova reunião da comissão, em que foram consubstanciados alguns dados. A área do curso ficou definida como ciência da informação, sendo que as áreas propostas por Vanda seriam ainda estudadas para saber se havia recursos humanos capacitados a formar um currículo que permitisse o seu desenvolvimento. Vimos também os recursos que cada universidade tinha a oferecer, mas alguns cursos não atenderam os pedidos de informação, e o trabalho ficou incompleto. Além disso, docentes com grau de mestre tiveram que

ser descartados da proposta, uma vez que as exigências das universidades é que aqueles que ministrem cursos de pós-graduação *stricto sensu* sejam no mínimo doutores.

Em Porto Alegre, em março de 1994, foi realizada uma nova reunião, que resultou na consolidação da área do curso, sendo decidido que seria abordada de início apenas uma área de concentração (sistemas de informação). Em julho desse ano, no IV Encontro de Escolas de Biblioteconomia da Região Sul, também em Porto Alegre, passamos a discutir a organização do curso. Alguns membros da comissão tinham sido substituídos e essa foi uma das tantas causas do projeto não ter se viabilizado. A inconstância de cada vez participar uma pessoa fez com que não houvesse continuidade de pensamentos. Maria del Carmen Pon passou a representar a UFSC, Ana Maria Juliano, a UDESC, e Mary Stela Müller, a UEL. Fizemos uma proposta de que fossem estabelecidos os critérios para selecionar a universidade sede, o que não foi aceito pelo grupo, que preferiu estudar um projeto da área de enfermagem, que diziam ser semelhante ao nosso. Os documentos desse projeto se perderam ou pelo correio ou pelo esquecimento, e na reunião seguinte, em São Paulo, perdeu-se também a idéia.

A reunião de São Paulo foi em 1995 nos corredores da ECA [Escola de Comunicações e Artes da USP] ou no salão de refeições do hotel. Havia uma manifestação explícita da Universidade Federal de Santa Catarina (Amélia Silveira), de que essa universidade criaria seu mestrado junto ao programa de pós-graduação

em administração. Da minha parte, informei que a UFRGS poderia criar o seu com uma área de concentração junto ao programa de pós-graduação em comunicação, sendo essa uma idéia que o Departamento já havia levantado há algum tempo, mas a vinculação seria apenas administrativa e não poderíamos prescindir da colaboração dos colegas dos outros cursos da Região Sul para ministrarem disciplinas e enriquecer o currículo. A [representante da] Universidade Federal do Paraná disse que queria ver como faria o seu. Saímos com os ânimos exaltados daquela reunião. Dias depois, por telefone, a UFPR informou que tentaria criar o seu programa de pós-graduação de forma independente usando recursos da própria universidade nas áreas de administração, computação e educação.

Havia um comprometimento dos reitores das três universidades (PR, SC e RS), feito numa reunião social, de que seria ótima a idéia na forma cooperativa. Mas, quando fomos ao pró-reitor de pesquisa e pós-graduação da UFRGS, ele disse que a idéia poderia ser boa, mas é uma coisa muito nova, os órgãos financiadores não estão aparelhados para financiar esse tipo de pós-graduação, é um programa caro porque seria preciso levar os professores para a universidade que sediasse o curso, é um curso que ainda não há similar no Brasil. (Existe um projeto que a Universidade da Bahia está desenvolvendo junto com a UnB [Universidade de Brasília] na nossa área. [Os professores do] mestrado em ciência da informação na UnB vão à Bahia, ministram as disciplinas e voltam.) Além disso, tínhamos também informalmente ido à Capes, colocando

a idéia da elaboração de um curso cooperativo, e também fomos aconselhados a encontrar caminhos mais fáceis, sendo esse da criação de uma área de concentração num mestrado já existente o mais simples.

As decisões tomadas até aquela data pelo grupo eram as seguintes: Título do curso — Mestrado em Ciência da Informação; Área de concentração — de início, Sistemas de Informação (tendo em vista que implantar duas áreas, como se pensava anteriormente, seria impossível pela falta de professores; a outra área seria Serviços de Informação, a ser implantada posteriormente), cujo objetivo seria desenvolver habilidades gerenciais para criação e otimização de sistemas e unidades de informação. O currículo seria composto por disciplinas obrigatórias e opcionais; as obrigatórias, em número de três (com quatro créditos cada), seriam: Fundamentos teóricos de ciência da informação; Gerenciamento de sistemas de informação; e Metodologia da pesquisa. No elenco das disciplinas opcionais, entrariam todas as especialidades dos professores participantes e suas linhas de pesquisa, como Sistemas de informação, Avaliação de sistemas de informação, Marketing, Linguagens de indexação, Usuários, Controle bibliográfico, Administração, Políticas de informação, Informação tecnológica e Comunicação. Utilizaríamos também os recursos das universidades sede e participantes para que o aluno pudesse ampliar seus conhecimentos em pesquisa, propiciando ou revalidando disciplinas como Métodos quantitativos e qualitativos e Estatística.

Além disso, como o mestrado visa a

formação de mestres, pensamos em uma disciplina como Metodologia do ensino superior ou equivalente, que poderia ser cursada numa das universidades cooperantes. Também foram reunidas informações que justificaram a criação do curso, entre elas: o número de doutores da região, num total de 11 (UFPR possui 3: UEL, 2; UFSC, 3; UFRGS, 3 e um que não atua como professor); e as linhas de pesquisa dos professores para orientar os alunos nas propostas de dissertação. A clientela potencial identificada foi a seguinte: dos 92 professores de biblioteconomia da região, 40 ainda não eram titulados, clientela significativa; a região conta com mais de 1500 bibliotecários; ampliando o raio de ação, o curso poderia atender profissionais de outras áreas, além da clientela do Mercosul. Quanto a este particular, havíamos contatado as escolas de biblioteconomia do Uruguai, Argentina e Paraguai; as que responderam, disseram que não havia professores titulados. Nossa idéia era tê-los não só como clientela, mas também como docentes e pesquisadores, para que pudessemos fazer pesquisa integrada, tornando-os participantes do curso.

Quanto às experiências em pós-graduação, a região já haviam ministrado 17 cursos *lato sensu* e de especialização. Esses dados demonstram a vocação da região para o desenvolvimento de cursos de nível elevado. Também havíamos pensado na seleção dos candidatos: além da proposta de dissertação, uma prova dissertativa sobre questões da área, exame de proficiência em inglês e entrevista. O curso seria sediado em uma das três universidades federais, localizadas nas capitais, tendo em vista a mesma subordinação administrativa, a facilidade de

comunicação e de transposição de verbas, intercâmbio de pessoal e localização de recursos bibliográficos mais significativos. Havia a proposta do curso ser itinerante, que não prevaleceu.

Os professores das universidades participantes se deslocariam para ministrar disciplinas e fazer a orientação. Os alunos ficariam sediados na cidade que desenvolvesse o curso para as disciplinas e, para a orientação, poderiam encontrar seu orientador em outro Estado, só voltando à sede para a defesa da dissertação. Como algumas universidades não enviaram as normas de pós-graduação, analisamos as normas da UFRGS, adaptando-as e apresentando-as aos colegas. De acordo com essas normas, o curso seria dirigido por uma comissão coordenadora, constituída por quatro membros com funções executivas, deliberativas e normativas, sendo um deles coordenador. Essa comissão seria formada por professores da universidade que sediasse o curso. Haveria um conselho consultivo composto por todos os professores do programa para traçar suas diretrizes, devendo se reunir pelo menos uma vez por ano. O curso teria um regimento próprio, em que seriam definidas as normas de execução. O regimento seria submetido à apreciação das universidades envolvidas, e o diploma seria concedido pela universidade sede. Quanto aos recursos, levantamos dados da UFRGS relativos a material bibliográfico e computação, verificando que eram em número e qualidade suficientes. Com a ajuda de órgãos financiadores, poderíamos obter mais recursos.

Passado tanto tempo e não sendo do meu conhecimento se algum dos cursos de

biblioteconomia da Região Sul tenha conseguido executar sua proposta individual, parece-me que a idéia ainda pode ser levada adiante, desde que haja vontade política dos cursos envolvidos e, principalmente, dos departamentos de biblioteconomia. Essa decisão não é minha e passo aos colegas.

Que mestre queríamos formar com esse curso? A biblioteconomia, como muitas outras profissões, está num impasse difícil. Os conteúdos que se desenvolveram até hoje se mostram inadequados para enfrentar as exigências da sociedade do próximo século. Na biblioteconomia, o problema é mais angustiante, porque ao mesmo tempo que descobre sua base teórica e investigativa na ciência da informação, o próprio objeto dessa ciência, a informação, não é suficientemente conhecido para lhe dar suporte. Se estamos saindo da biblioteca, ainda não sabemos como chegar à informação, sob que aspecto olhá-la, o que fazer com ela e os serviços que deveríamos prestar. Além disso, se antes sabíamos para quem estávamos trabalhando, o leitor, agora nosso usuário pode não ter rosto, e só sabemos que temos que nos antecipar para resolver o seu problema de informação, numa atitude pró-ativa.

Já que não pudemos mudar a denominação da graduação, se não ficaríamos desamparados por lei, mudamos a pós-graduação, porque não precisamos denominar o profissional que preparamos. Mesmo porque nesse nível de ensino, só se aprimora e direciona uma ação, abrindo ao profissional novas possibilidades de atuação. Se denominamos a pós-graduação de ciência da informação, temos que direcionar o

modo como vamos olhá-la, isto é, se pela ótica dos sistemas, processos e gerenciamento, ou das novas tecnologias. Isso nos é permitido através da criação de áreas de concentração na estrutura curricular, desde que tenhamos docentes capacitados a desenvolver disciplinas e pesquisa. Caso contrário, formaríamos um currículo semelhante a uma colcha de retalhos, cuja integração é difícil ao aluno fazer. Daí porque as disciplinas obrigatórias dariam uma base teórica necessária e fundamental, e as disciplinas opcionais aprofundariam os conteúdos, dando suporte ao trabalho final da dissertação. Além disso, como base da pós-graduação e pesquisa, o instrumental para desenvolvê-las deve ser oferecido ao aluno na forma de disciplinas e orientação.

A estrutura profissionalizante da biblioteconomia, acrescida do modelo de universidade brasileira, que sempre favoreceu a formação de mão-de-obra em detrimento da pesquisa, foi e é um problema a mais para a pós-graduação. Não se faz pós-graduação sem pesquisa, sem uma massa crítica que domine os métodos de investigação e os aplique para solucionar problemas. Por que a pesquisa é importante para a pós-graduação? Por razões muito simples: porque a sociedade, os conhecimentos e os recursos mudam num ritmo cada vez mais acelerado, o que ensinamos hoje já não é válido amanhã. Para acompanhar essas mudanças, o mais importante é o desenvolvimento de habilidades que possam levar à solução de problemas. A atividade de pesquisa reúne o domínio de várias habilidades necessárias a um profissional de alto nível, tornando a

formação mais completa, entre elas: capacidade para identificar problemas relevantes, demonstrando que o aluno sabe distinguir quais são as perguntas corretas para chegar a compreender a causa dos fenômenos na área de informação; planejamento, uma vez que a pesquisa exige previsão, obtenção e administração de recursos que levem à sua realização; uso de metodologia para obter soluções; criatividade na escolha de técnicas que levem à resolução de problemas; flexibilidade para se adaptar e resolver novas situações; capacidade para analisar criticamente dados e informações que levem ao entendimento dos objetivos; capacidade de comunicar os resultados alcançados; ética no trato com o conhecimento.

O profissional que passa por uma pós-graduação se diferencia dos demais. Não é pelo aprofundamento e pelas disciplinas que cursou, e sim por esse processo investigativo a que se submeteu para a execução de sua dissertação, e que pode se ampliar quando participa da linha de pesquisa do seu orientador. O espírito investigativo que se cria na pós-graduação pode se refletir na graduação, incentivando também o graduado a ser investigativo, a desenvolver habilidades de flexibilidade, análise crítica e comunicação que o processo de pesquisa nos faz passar.

Revisando o planejamento do mestrado a que nos propúnhamos realizar, a organização curricular imaginada nos pareceu bastante pertinente. Se num primeiro momento olharíamos a ciência da informação através do aspecto sistêmico, ali estavam presentes também os

fundamentos teóricos da ciência da informação e do gerenciamento de sistemas de informação, abordando o aspecto macro da ciência da informação. Queríamos privilegiar também o instrumental metodológico através da disciplina Metodologia da pesquisa. A partir daí, o aluno construiria o seu programa, buscando ferramentas e aprofundamentos nos aspectos que compõem o sistema de informação.

Tendo em vista que o trabalho de informação é multifuncional, é impossível ao aluno de pós-graduação tornar-se competente em todas as etapas do processo de transferência da informação. Além disso, o aluno poderia progredir num eixo metodológico que lhe subsidiasse melhor a execução da investigação e que o tornasse competente para a criação de conhecimento e para a descoberta sistemática. Na consolidação que o projeto estava tomando, faltou referenciar o aspecto da participação do aluno nas atividades de pesquisa do professor. Num mestrado em que os professores não estariam presentes o tempo todo na sede, isso se tornaria um pouco complicado, mas não impossível. Hoje, avalio que fomos sábios em construir um currículo para formar profissionais em nível de pós-graduação para o próximo século na Região Sul. Pena que tenhamos sido menos sábios para implantá-lo.

(1) Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS.